



ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA
17 de junho de 2009

1 Às nove horas do dia dezessete de junho do ano de dois mil e nove, no Auditório do Anexo
2 do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a
3 XI Reunião Plenária Consea, órgão de assessoramento do Presidente da República,
4 instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III,
5 e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de
6 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia: 1. 9:00 às
7 9:15 - Abertura, Aprovação da Ata da X Plenária e da Pauta da XI Plenária; 2. 9:15 às
8 09:30 - Informes Gerais; 3. 9:30 às 10:00 - Informes sobre a campanha para a aprovação da
9 Emenda Constitucional (PEC 47/2003) que inclui o Direito Humano à Alimentação
10 Adequada no artigo 6º da Constituição Federal; 4. 10:00 às 12:10 - Metodologia de análise
11 das Políticas Públicas na perspectiva dos Direitos Humanos 4.1 - Apresentação da
12 Comissão Permanente 4, 4.2 - Debates, 4.3 - Encaminhamentos. Intervalo - Almoço - 12:30
13 às 14:00. 5. 14:00 às 16:00 - Documento sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar
14 e Nutricional – SISAN 5.1 - Apresentação, 5.2 - Debates, 5.3 - Encaminhamentos; 6. 16:00
15 às 16:30 - Participação do Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola
16 (FIDA) da FAO - Kanayo Nwase (*Retirado de pauta*); 7. 16:30 às 18:00 - Apresentação das
17 Comissões Permanentes e da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais; 8. 18:00 –
18 Encerramento. 1. 9:00 às 9:15 - Abertura, Aprovação da Ata da X Plenária e da Pauta da XI
19 Plenária: A Plenária teve início com o presidente do Consea, Renato Maluf,
20 cumprimentando e dando boas-vindas aos presentes. A Mesa foi composta por Renato
21 Maluf, Presidente do Consea Nacional, Marco Aurélio Loureiro, representante da Secretaria
22 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) e Carmem Priscila Bocchi,
23 Coordenadora da Secretaria do Consea Nacional. A ata da X Plenária e a pauta da XI
24 foram aprovadas por unanimidade. 2. 9:15 às 09:30 - Informes Gerais: 1) Renato Maluf: i)
25 Informou que dia 16 deste mês, o Consea montou uma delegação para participar da
26 cerimônia de sanção, por parte do Vice-Presidente José Alencar, como Presidente Interino,
27 da nova Lei do PNAE. ii) Que no dia 15 de junho, Albaneide Peixinho esteve apresentando
28 o “PNAE: Desafios e Oportunidades” aos Presidentes dos Conseas Estaduais. iii) À tarde,
29 do dia 15, o GT de Abastecimento tratou o tema. iv) No início da noite houve uma reunião
30 mais ampla de mobilização sobre o assunto. v) Está sendo programada uma reunião,
31 convocada pelo FNDE, com o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação e União
32 dos Dirigentes Municipais de Educação para também tratar o tema. vi) Informou que o GT
33 que está preparando a III Conferência+2 se reuniu semana passada, e naquele dia, a
34 representação do MDS apresentou uma proposta de alteração da data da realização da
35 Conferência, que seriam os dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro. A nova data foi
36 aprovada pelo GT. 2) O Sr. Marco Aurélio Loureiro informou que o Diretor da Secretaria



Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Botton Piccin, está coordenando o tema da III Conferência +2, no MDS. 3) O Sr. Marcelo Botton Piccin informou que a CAISAN teve uma reunião há alguns dias e a pauta central foi o processo de preparação da III Conferência+2. No debate houve a criação de uma Comissão Técnica para construir um documento sobre os avanços e implementações das diretrizes e deliberações da III Conferência. Essa Comissão Técnica é formada por Crispim Moreira (MDS), Albaneide Peixinho (MEC), Arnaldo Campos (MDA), Silvio Porto (MAPA), Ana Beatriz (Ministério da Saúde), Marcos Del Fabro (MMA) e Aloisio Melo (Ministério da Fazenda). A primeira reunião da Comissão será dia 18/06/2009, quando serão definidos cronograma e metodologia de trabalho. O material e balanço preparados pela Comissão voltarão à CAISAN, provavelmente em agosto, para ser aprovado e debatido. 3. 9:30 às 10:00 - Informes sobre a campanha para a aprovação da Emenda Constitucional (PEC 47/2003) que inclui o Direito Humano à Alimentação Adequada no artigo 6º da Constituição Federal: Carmem Priscila Bocchi informou que a campanha da PEC tem um GT de Mobilização. Esse GT tem três Frentes: Mobilização, Congresso e Comunicação. Renato Maluf disse que uma Comissão foi falar com o Deputado Michel Temer, Presidente do Congresso Nacional, e o mesmo se mostrou bastante sensível sobre a importância do tema e se comprometeu em agilizar a composição e instalação da Comissão que vai dar o parecer da PEC. Carmem Priscila apresentou várias ações realizadas pela Frente Congresso, tais como: i) Mobilização no Congresso, levando panfletos e indo aos gabinetes dos Deputados e lideranças; diálogo com a Assessoria Parlamentar da Casa Civil; diálogo com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Foi criada uma Comissão Especial que fará a análise e relatoria da PEC do Senador Valadares. Essa Comissão foi criada em março, e até o momento não está totalmente composta. Falta a indicação de dois Deputados do PSDB. Composição da Frente Congresso: 3 Deputados do PMDB, 3 Deputados do PT, 1 Deputado do PP, 1 Deputado do PR, 1 Deputado do PTB, 2 Deputados do PSDB, 2 Deputados do DEM, 2 Deputados do PPS, 1 Deputado do PSB, 1 Deputado do PDT, 1 Deputado do PV e 1 Deputado do PSOL. Disse que houve uma reunião do GT, no dia 15/06/2009, e uma das deliberações foi que se avaliasse de que forma se poderia pressionar o PSDB para indicação de seu representante. Informou ainda que existe a possibilidade de marcar a primeira reunião da Comissão mesmo sem ter todos os membros indicados. Ubiraci Dantas Oliveira informou que esteve com o Sr. José Aníbal, líder do PSDB, quando este informou que a resposta sobre a indicação dos Deputados do PSDB seria dada até dia 16/06/2009. Três Deputados estão disputando a vaga na Comissão: Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Thelma de Oliveira (PSDB/MT). Durante esta tarde seria definido quem comporia a Comissão. Informou que o PSOL ainda não indicou seu representante. Ubiraci Dantas comprometeu-se em visitar o Deputado Ivan Valente (PSOL-SP) para ver a possibilidade de indicação do representante do Partido. Demonstrou confiança na aprovação da PEC. 2) Frente Mobilização – Andréia falou da importância de as três Frentes estarem juntas nessa campanha da PEC. Pela manhã



77 houve uma reunião com a Comissão de Mobilização Social para elaboração da estratégia da
78 campanha. Falou da importância de cada participante do Consea assumir a Campanha.
79 Alguns Estados já começaram o processo de mobilização. É importante aproveitar o
80 momento dos Encontros Regionais para mobilização da PEC. Cada participante da
81 Comissão de Mobilização estará presente nos Encontros Regionais para discutir a
82 importância de aprovar a PEC. A Comissão pensou em uma carta de Renato Maluf aos
83 Presidentes dos Conseas Estaduais, incentivando a informação das agendas e promoção da
84 coleta de assinaturas, envolvendo, assim, os Estados nesse processo. Falou da dificuldade
85 pela falta de materiais e recursos. No âmbito nacional, foi pensado para o dia 13 de
86 agosto/2009, um seminário, no Congresso Nacional, para discutir o significado da PEC e
87 sua importância. Durante a III Conferência+2 seria a entrega dos abaixo-assinados. Renato
88 Maluf informou que o Vice-Presidente José Alencar solicitou que o Consea enviasse a ele
89 informações sobre o andamento da PEC. 3) Gleyse Maria Couto Peiter (COEP) informou
90 que, quando do lançamento da campanha da PEC, o COEP fez um fórum sobre a PEC,
91 momento em que Elisabetta Recine respondeu questões referentes à Proposta. No site do
92 COEP tem um link direto para os abaixo-assinados. E em todas as reuniões do Centro são
93 levadas versões impressas dos abaixo-assinados para serem assinados, e serão feitos *folders*
94 sobre a Campanha. 4) Frente Comunicação – Carmem Priscila Bocchi apresentou um
95 resumo de tudo que tem sido feito sobre a Campanha. A Campanha começou com uma
96 Exposição de Motivos ao Presidente da República a criação do Grupo de Trabalho
97 Mobilização, com as três Frentes já mencionadas. Em abril, uma importante iniciativa foi o
98 envio de ofícios a todos os representantes do Governo no Consea, e para a SECOM e
99 parceiros, solicitando patrocínios. Desses parceiros, até o momento apenas a Itaipu
100 concretizou a parceria. E com os recursos da Itaipu foram feitos os 10 mil folhetos, 10
101 *banners* e camisetas. Foram feitos contatos com outras entidades, como o Banco do
102 Nordeste, Banco do Brasil e Petrobrás, que mostraram interesse em patrocinar a Campanha.
103 O COEP divulgou nota de apoio. Em maio, houve o lançamento do *site* e dos abaixo-
104 assinados da Campanha. Foi definido o nome da campanha “Alimentação: Direito de
105 Todos”. Priscila relatou vários outros acontecimentos em prol da Campanha e divulgação
106 da PEC. Falou do lançamento do filme Garapa, do Diretor José Padilha. Dia 24 de junho, às
107 14h, terá uma apresentação do filme, no Congresso Nacional. O Conselho Nacional de
108 Saúde e a CNBB aprovaram moções de apoio à Campanha. Falou da importância de as
109 entidades colocarem o *link* da Campanha em seus *sites*. Noticiou que a SECOM da
110 Presidência da República está se propondo a criar uma campanha para divulgar a PEC, por
111 meio de rádio e televisão. Foi solicitado maior envolvimento dos Conselheiros da
112 Campanha. Seguiram-se falas dos Conselheiros a cerca do tema. O Conselheiro Francisco
113 Antonio da Fonseca Menezes (IBASE) propôs convidar alguma pessoa famosa para fazer
114 divulgação da Campanha. Foram informados vários eventos que estão acontecendo este
115 ano, nos quais se poderia ser divulgada a Campanha da PEC. A ASCOM, através da
116 Secretaria Executiva do Consea, recolherá os nomes dos eventos e quem irá representar o



117 Consea. Encaminhamentos: Identificar pessoas conhecidas para ajudar na divulgação da
118 PEC; estratégia que tome em conta a necessidade de tornar o tema de interesse da
119 sociedade em geral, não só um tema governamental; debate do tema em diferentes espaços
120 e tentar fazer com que esses espaços se apropriem dele e mostrem que ele é de seu
121 interesse. Foi entregue aos Conselheiros uma carta política, aprovada no Encontro Nacional
122 do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, comemorativa dos 10 anos do Fórum,
123 realizado em Salvador-BA. 10:00 às 12:10 - Metodologia de análise das Políticas Públicas
124 na perspectiva dos Direitos Humanos. Elisabetta Recine informou que a CP4 encaminhou,
125 para conhecimento e discussão de todos, a versão atualizada e revisada da Metodologia
126 para análise de Políticas Públicas sob a perspectiva dos Direitos Humanos. O objetivo da
127 Comissão é que, após apresentação na Plenária e recolhimento de sugestões, essa
128 Metodologia seja encaminhada aos Conseas Estaduais e outras entidades e setores
129 interessados em conhecê-la e aplicá-la. Fez um histórico do processo e enfatizou que para a
130 Comissão este é um momento estratégico, para se organizar em torno de uma metodologia
131 para gerar a análise da Política Pública e dos Programas Públicos na perspectiva dos
132 direitos humanos. Na LOSAN constam as responsabilidades que tanto o Estado quanto a
133 Sociedade Civil têm no sentido do processo de formulação das Políticas e Programas. O
134 objetivo da Metodologia desenvolvida na CP4 é transformar as Políticas Públicas nesse
135 olhar de Direitos Humanos. A Metodologia começou a ser elaborada em 2004, quando a
136 CP4 foi instalada, e teve como base documentos e experiências já existentes em outros
137 países e documentos básicos sobre Direitos Humanos e discussões internas da CP. A
138 Metodologia deve contribuir para mudança de paradigmas do planejamento, implementação
139 e monitoramento das Políticas e Programas Públicos de SAN; para a elaboração de
140 recomendações para que a Política e Programa atendam aos princípios dos Direitos
141 Humanos e contribuam para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e
142 para estimular o processo de elaboração e implementação de instrumentos de exigibilidade
143 no âmbito das Políticas e Programas. Elisabetta apresentou o Guia para Análise de Políticas
144 e Programas Públicos sob a Perspectiva dos Direitos Humanos, que tem o intuito de
145 recuperar a questão do Direito Humano à Alimentação Adequada em si e seus conceitos
146 principais. Esse Roteiro não pretende esgotar todas as possibilidades de discussão. A
147 Conselheira solicitou que sugestões sejam enviadas à CP4, para análise e posterior
148 incorporação ao texto. Elisabetta Recine passou a compor a Mesa. Seguiu-se um debate a
149 respeito do Documento, falando de sua importância; e contribuições foram feitas ao
150 conteúdo do mesmo. A palavra retornou à Conselheira Elisabetta Recine, que agradeceu os
151 elogios e observações feitas ao Documento, e reagiu às manifestações dos Conselheiros.
152 Falou que a metodologia do Documento tem como objetivo avaliar se determinado
153 Programa está adequado ou não, de acordo com os princípios nele contidos.
154 Encaminhamentos: i) A Comissão analisará o Documento, fazendo adaptações e revisões a
155 partir das contribuições recebidas, e disponibilizará aos Conseas Estaduais; ii) Promover
156 uma interação dessa Metodologia recém formulada com a discussão do GT de Indicadores



e Monitoramento; iii) Fazer com que a Metodologia incida sobre a proposição de políticas que o Consea está fazendo a partir da CP3. Renato Maluf informou que a III Conferência+2 será realizada nos dias 29, 30 de setembro e 1º de outubro. Renato Maluf informou também que foi realizado o Encontro do Centro-Oeste, em Cuiabá. Uma das decisões do GT de preparação da III Conferência +2 foi encaminhar aos Encontros Regionais as Exposições de Motivos aprovadas pelo Consea e que têm relação com os temas da III Conferência+2. O Governo fará um documento de balanço das ações à luz das deliberações da III Conferência Nacional, e serão incorporadas a este balanço as respostas ou questões apontadas nas Exposições de Motivos que o Consea aprovou. Esse Documento do Governo será acompanhado do documento feito por essa Comissão Mista Consea/CAISAN, que vai preparar a discussão do balanço das ações de Governo. O documento que vai orientar o debate sobre o balanço do Governo vai propor que a análise das ações tenha as seguintes referências: i) Em que medida elas enfrentam o contexto nacional e internacional das crises; ii) Em que medida as ações implementadas refletem as diretrizes da Política Nacional de SAN, que terá sido aprovada na Plenária de agosto; iii) Em que medida as ações contribuem para a construção do Sistema. O Presidente do Consea apresentou uma programação preliminar da III Conferência+2, e disse que a IV Conferência Nacional de SAN já começou a ser pensada, e fez algumas referências do que está sendo pensado sobre ela. A proposta é que a IV Conferência seja realizada no primeiro semestre de 2011. Ainda devem ser definidos para a realização da Conferência: lema, data e local. Essas questões serão debatidas na III Conferência+2. Carmen Priscila informou que documentos e informações sobre a III Conferência+2 encontram-se no *site* do Consea. O Conselheiro Edno Honorato de Brito solicitou a presença de representantes do Consea Nacional nos Encontros Regionais dos Conseas Estaduais. O Conselheiro Iramar Cardoso da Silva (Consea-TO) solicitou a presença de gestores do MDS nesses encontros. Intervalo - Almoço - 12:30 às 14:00. Das 14:00 às 16:00 - Documento sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN: Renato Maluf informou que houve uma intensificação do debate sobre a construção do Sistema Nacional de SAN. O Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar promoveu um encontro nacional, em Curitiba, onde se discutiu o Sistema Nacional de SAN, e desse Fórum resultou um documento, motivo da realização de uma oficina organizada pelo MDS e Consea. A Mesa Diretiva e Conselheiros do Consea avaliaram o material resultante da oficina. Dessa avaliação, sairá um caderno contendo um relatório completo a respeito do Sistema, objetivando recolher e sistematizar todas as contribuições ali feitas. Esse caderno será um insumo importante para a III Conferência+2, a ser realizada em setembro/2009. Um segundo encaminhamento seria transformar o que for possível dos pontos abordados e acordados na oficina, numa Exposição de Motivos. Renato Maluf fez uma análise do Documento, e disse que o sentido da Exposição de Motivos é reafirmar princípios e referências importantes e propor uma agenda de trabalho ao Governo, a ser encaminhada ao Presidente da República. 5.1 Apresentação - As Comissões apresentaram o resultado da análise feita da Exposição de



197 Motivos: 1) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de
198 Desenvolvimento: Edno Honorato de Brito informou os pontos abordados na reunião da
199 CP2: a) Questionamentos se o SISAN terá cunho de luta contra a fome; b) CAISAN mais
200 efetiva no processo; c) Co-financiamento entre Federal, Estadual e Municipal; d) Houve
201 uma discussão na Plenária dos Presidentes, e foi proposta a modificação do item 7 do
202 Documento, tendo em vista alguns municípios não terem a menor condição de oferecer
203 contrapartida financeira, sobretudo, os pequenos municípios; e) Em relação ao § 7º, foi feita
204 uma sugestão de utilizar o conceito tirado na III Conferência; f) Houve uma tentativa de
205 sistematizar a valorização de um formato na participação ativa da sociedade; g) Sistema
206 público mais amplo que o estatal; h) Participação ativa da sociedade civil organizada em
207 todo o processo); 2) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do
208 Sisan - Renato Maluf informou que a CP1 discutiu em detalhes a Exposição de Motivos, e
209 foram feitas sugestões de mudanças de redação e algumas inclusões e exclusões. Destacou
210 as modificações, e dentre elas, a inclusão do item 4 “Entre as muitas iniciativas em curso,
211 de grande relevância, as quais carecem da existência ou efetivo funcionamento das
212 instâncias do SISAN, destacam-se: a) Formulação de uma política nacional de
213 abastecimento alimentar, conforme proposta elaborada pelo Consea em novembro de 2005,
214 capaz de articular vários programas estratégicos relacionados com o acesso à alimentação
215 adequada e saudável; b) Regularização fundiária das terras indígenas e quilombolas,
216 requisito indispensável à garantia do DHAA destes segmentos da população brasileira com
217 elevados índices de vulnerabilidade e insegurança alimentar; c) Implementação do
218 Programa Nacional de Alimentação Escolar que em seu novo formato envolve vários
219 setores de governo, a interação entre as três esferas de governo e organizações da sociedade
220 civil; d) Integração da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e outras ações na área
221 da saúde; e) Enfrentamento da questão da água considerada como alimento e recurso
222 produtivo.” 3) Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar
223 Nutricional: *(Sem relato do Documento)*. 4) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à
224 Alimentação Adequada - Elisabetta Recine informou que a CP4 considerou importante
225 resgatar o acúmulo das diferentes Conferências. Os pontos 3 e 4 foram considerados
226 desproporcionais dentro de uma Exposição de Motivos do SISAN. A Comissão apresentou
227 preocupação quanto aos protocolos, por que os mesmos não tinham sido definidos e nem
228 detalhados no Documento, e retirou o termo sobre apagar incêndios. Disse que os povos
229 não são vulneráveis, mas vulnerabilizados. Propôs utilizar no Documento o termo ‘pessoas
230 com necessidades alimentares especiais’. 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações
231 Negras e Povos e Comunidades Tradicionais e Comissão Permanente 6 Segurança
232 Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Antônio José da Costa informou que o
233 intuito da reunião conjunta das Comissões foi discutir o etnodesenvolvimento. Apresentou
234 pontos discutidos no Documento: i) Questão territorial; ii) Os termos ‘pobre’ e ‘pequenos’,
235 consideraram subjetivos e pejorativos; iii) Item 3, sobre os princípios e diretrizes
236 estabelecidos, as Comissões acrescentaram ‘consultas aos povos indígenas, populações



237 negras, povos e comunidades tradicionais'; iv) item 4, foi acrescentado 'povos indígenas,
238 populações negras, povos e comunidades tradicionais'; v) Solicitação para que o
239 Documento ressalte a preocupação da agilidade na regularização fundiária das terras
240 indígenas e quilombolas; vi) As Comissões enfatizaram também a necessidade de
241 realização do mapeamento e georeferenciamento dos povos indígenas, comunidades
242 quilombolas e comunidades tradicionais, buscando maior visibilidade a essas comunidades
243 a construir políticas específicas; vii) Transformar as políticas, ações e programas do
244 Governo Federal voltados para povos e comunidades tradicionais em políticas de Estado. 6)
245 Comissão dos Presidentes Estaduais - Dulce Terezinha Oliveira da Cunha considerou que
246 as sugestões da Comissão dos Presidentes já foram incorporadas, contudo, apresentou
247 alguns pontos de alteração no texto. 5.2 Debates: Renato Maluf fez um resumo dos
248 apontamentos feitos pelas Comissões, conforme apresentados pelos seus representantes.
249 Sílvio Porto apresentou uma explicação sobre 'co-financiamento' mencionado no
250 Documento, e defendeu que conste também o termo 'co-responsabilidade'. Foi padronizado
251 no Documento as referências 'povos indígenas, populações negras e demais povos
252 comunidades tradicionais'. Houve uma discussão sobre a redação do preâmbulo. 5.3
253 Encaminhamentos: Após debate sobre as propostas apresentadas pelas Comissões, a
254 Exposição de Motivos foi aprovada por unanimidade. Foram feitos alguns pronunciamentos
255 gerais sobre a construção do Sistema: 1) Renato Maluf lembrou que a Exposição de
256 Motivos também se constitui em uma agenda proposta ao Governo e ao Consea. 2) O
257 Conselheiro Francisco Antonio da Fonseca Menezes propôs que constasse na Exposição de
258 Motivos pedido de reuniões de Renato Maluf e Cezar Alvarez, Assessor da Presidência da
259 República. 3) Irio Luiz Conti (FIAN Brasil) observou que no Consea tem membros que
260 não estão participando ativamente do processo e disse preocupar-se em como pensar
261 estratégias de mobilização social para que o Sistema. 7. 16:30 às 18:00 - Apresentação das
262 Comissões Permanentes e da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais - 1)
263 Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades
264 Tradicionais e Comissão Permanente 6. Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos
265 Indígenas - Antônio José da Costa informou que as Comissões discutiram: i) A minuta para
266 discussão na Plenária; ii) Sugestões de alterações do Documento; iii) Discussão sobre os
267 Seminários Regionais para construir a Política Pública legitimada pelas comunidades
268 envolvidas (povos indígenas, comunidades quilombolas e populações negras).
269 Encaminhamentos das Comissões: i) Preparação de uma Mesa para discutir as questões
270 alimentares nutricionais relacionadas ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas,
271 populações negras e comunidades tradicionais, onde serão construídos o Sistema e a
272 Política. Aspectos a serem abordados na Mesa: acesso aos territórios tradicionais, aos
273 recursos naturais, infra-estrutura de produção, fomento e produção sustentável, recuperação
274 ambiental, proteção e revitalização de conhecimentos tradicionais, proteção social e
275 fortalecimento institucional. ii) Reunião, no dia 3 de agosto de 2008, com as duas
276 Comissões, antes da próxima Plenária, para definir a agenda, os convidados e a



277 metodologia da Mesa. iii) Proposta de três Seminários Regionais para fortalecimento da
278 construção do SISAN e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados
279 (Pará, Goiânia e Ceará). Seguiu-se uma discussão a cerca das propostas acima e foi retirado
280 o seguinte encaminhamento da mesma: i) Enviar convite à CAISAN, solicitando que esta
281 comunique aos setores envolvidos que o Consea se reunirá dia 3 de agosto para tratar da
282 Política Nacional de SAN com enfoque no etnodesenvolvimento dos grupos envolvidos,
283 solicitando contribuições daqueles setores; ii) As demandas retiradas dessa reunião serão
284 dirigidas à CAISAN. iii) Falarão na Mesa um especialista, um representante da CAISAN e
285 representantes das CP5 e CP6. 2) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação
286 Adequada - Elisabetta Recine informou que a CP4: i) Discutiu a Exposição de Motivos; ii)
287 Trabalhou a proposta orçamentária de 2008, basicamente sobre a questão da Comissão
288 Especial de Monitoramento e Violações dos Direitos Humanos; iii) Será realizada uma
289 reunião ampliada, antes da próxima Plenária, convidando gestores responsáveis pelo Bolsa
290 Família para dar continuidade à finalização do Relatório de Monitoramento das
291 Recomendações; iv) Uma representante das pessoas com necessidades especiais
292 alimentares fez uma apresentação na Comissão, e achou-se interessante a mesma
293 apresentação ser feita na CP3; solicitou à CP3 que analisasse uma data viável para essa
294 apresentação. A Conselheira Albaneide Peixinho fez uso da palavra e informou que após a
295 instituição da Lei 11.947 (PNAE/PDDE/PNATE) tem que se pensar em uma proposta de
296 implementação e também sua continuidade e consolidação. Disse que é preciso discutir o
297 aumento do per capita e os critérios para que esse aumento ocorra. Hoje os Municípios e
298 Estados recebem auxílio do Mais Educação do MEC, em que a educação integral permeia
299 um dos critérios para ser considerado no Programa Mais Educação. A pretensão é ter no
300 mínimo 7 horas diárias de aulas, e por isso o per capita é de R\$ 0,66 centavos para um
301 mínimo de três refeições. E não são todas as escolas e nem todos os alunos das escolas que
302 recebem esse R\$ 0,66 centavos do Mais Educação. O per capita por aluno é personalizado, e
303 o aluno que deixar de ser do Mais Educação, volta a receber os R\$ 0,22 centavos. É
304 necessário fazer uma discussão sobre as necessidades alimentares especiais. E informou
305 que os municípios não entrarão na contrapartida com gêneros, mas sim com outros itens.
306 Renato Maluf propôs que Albaneide Peixinho mande as informações por ela apresentadas
307 para que sejam incorporadas à Exposição de Motivos Geral do Orçamento. Propôs também
308 montar um Grupo de Trabalho para discutir a questão dos critérios para elaboração de uma
309 proposta mais detalhada do PNAE, na forma de uma Exposição de Motivos específica, para
310 agosto. 3) Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar
311 Nutricional – Regina da Silva Miranda parabenizou o Consea, FNDE e atores envolvidos
312 na aprovação da Medida Provisória 455. Disse que a primeira parte da reunião da Comissão
313 foi dedicada a trabalhar as prioridades, princípios e diretrizes do Eixo II da III Conferência
314 e que foram feitas recomendações de modo e não de conteúdo, tendo em vista não haver
315 tempo hábil para uma avaliação do conteúdo, que será feito em momento posterior. Foram
316 feitas observações e recomendações para conclusão, sendo estabelecido um cronograma de



317 trabalho com vistas a finalizar e encaminhar às Instâncias no dia 5 de agosto de 2009. A
318 Conselheira pediu à Presidência e Secretaria do Consea que privilegiem esse Documento; e
319 as Comissões e o Pleno precisam de tempo para se dedicarem ao mesmo. Propôs que a
320 Plenária de agosto seja de um dia e meio. Falou que outra questão discutida na Comissão
321 foi que a Comissão solicite informações da CAISAN a respeito do Decreto 6.477 (PAA -
322 Alimentação Escolar). Quanto ao Orçamento. Reiterou o pedido de 2008, de 153 milhões
323 para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, no Ministério da Saúde. E também
324 falou que foi debatido na Comissão o aumento do per capita para a Alimentação Escolar. E
325 ainda que o GT de Abastecimento se reuniu no dia 15/06/2007, quando se discutiu a Lei de
326 Cultivares. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite (Consea-BA) informou que GT de
327 Abastecimento tratou do Orçamento, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Política
328 da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, Programa de Abastecimento
329 Agroalimentar da CONAB e o Programa da Sociobiodiversidade. A Coordenadora do
330 Consea, Carmem Priscila Bocchi, fez uso da palavra e informou que na Exposição de
331 Motivos tem um item chamado Produção e Abastecimento, que apresenta o Programa de
332 Aquisição de Alimentos, com justificativa em relação à importância e ao aumento dos
333 recursos para o PAA. Informou que, em 2008, foi solicitado para 2009 o valor da ordem de
334 1 bilhão e 280 milhões de reais. O Consea aguardará uma posição dos Ministérios em
335 relação ao orçamento para 2010. Quanto a ATER, o MDA ainda não fez sua programação
336 para 2010, que hoje está em torno de 270 milhões de reais. Em relação ao Programa
337 Abastecimento Agroalimentar executado pela CONAB, a ideia é fazer menção à Política de
338 Garantia de Preços Mínimos - PGPM da Sociobiodiversidade. Sobre o Programa da
339 Agrobiodiversidade, informou que foi solicitado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA
340 que informe quanto será orçado para esse programa. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite
341 disse que o GT ponderou que existe uma pauta dos movimentos sociais que precisa ser
342 considerada pelo Consea, que é para fazer um cruzamento entre o que o Governo está
343 propondo e o que os movimentos sociais apresentam como proposta. Informou que o GT, a
344 partir da próxima reunião, discutirá o documento da Política Nacional de Abastecimento e
345 também fará o monitoramento de algumas ações e programas que têm rebatimento no
346 Abastecimento. O GT está acompanhando também o Plano Nacional das Cadeias
347 Produtivas da Sociobiodiversidade. Sobre a Alimentação Escolar, disse que estiveram
348 presentes na discussão o MDA, FNDE, CONAB e MDS. Existe uma preocupação de
349 monitoramento, por parte do Governo, dos municípios brasileiros, em termo da compra da
350 Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Disse que a CP3 recebeu uma solicitação
351 dos Movimentos Sociais, através do Consea, para intermediar um diálogo entre o
352 Ministério da Agricultura, Movimentos Sociais e Ministério do Desenvolvimento Agrário
353 na questão da Lei de Cultivares, e que em reunião entre Articulação Nacional de
354 Agroecologia e MAPA, para tratarem da Lei de Cultivares, estiveram presentes os
355 Conselheiros Carlos Eduardo Leite e Silvia Rigon. Foi pautada na reunião também a
356 importância de o Governo e MAPA recorrerem à CAISAN como espaço de discussão desse



357 tipo de assunto. O Conselheiro propôs ao Presidente do Consea trazer a questão do Tratado
358 da FAO para este Conselho e para o Governo para que o assunto não fique restrito ao
359 Ministério da Agricultura. 4) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional
360 nas Estratégias de Desenvolvimento - Edno Honorato de Brito informou que a CP2 aprovou
361 a proposta de um novo Termo de Parceria do MDS e a Associação Programa Um Milhão de
362 Cisternas – AP1MC, com vigência até julho de 2010, para a construção de 71.160 cisternas
363 de 16.000L, 50 cisternas escolares de 52 mil litros e 30 cisternas escolares de 30 mil litros,
364 no valor de R\$ 121.022.373,01 (cento e vinte e um milhões, vinte e dois mil, trezentos e
365 setenta e três reais e um centavo). Falou que foi enviada uma EM solicitando que se acelere
366 a liberação da suplementação orçamentária, para 2009, viabilizando, assim, o Termo de
367 Parceria. Falou também que deveria ser indicado um membro do Consea para participar da
368 Comissão de Avaliação dos Termos de Parceria entre o MDS e a AP1MC, como suplente
369 da Conselheira Elza Braga. A Comissão analisou o Orçamento e contribuiu para o texto da
370 Exposição de Motivos sobre o orçamento de 2010, e apresentou o texto em Plenária.
371 Quanto à articulação entre a Agência Nacional de Águas – ANA e Consea, informou que o
372 Consea foi convocado a provocar os CONSEAs Estaduais e estimular seus Governos
373 Estaduais a utilizarem o Atlas da ANA e que foi acolhida a proposta da ANA sobre a
374 realização de um seminário de articulação o Atlas, e outros temas como Água como
375 Alimento, Saneamento, Hidroelétrica e Agricultura. Mudanças Climáticas: foi formatado
376 um grupo de referência no âmbito da CP2 para o aprofundamento e articulação em torno do
377 tema, principalmente formatar a Plenária de outubro/2009 e preparar a proposta do Consea
378 para o posicionamento brasileiro frente ao novo Protocolo de Mudanças Climáticas, a ser
379 assinado em 2012. A CP2 propôs à CP5 e CP6 a formação de um Grupo de Trabalho para
380 tratar o tema Reforma Agrária e Ordenamento Territorial, na perspectiva do orçamento e
381 das ações de desterritorialização, em curso no País. Renato Maluf elogiou publicamente a
382 Conselheira Elza Braga pelo seu desempenho na Comissão de Acompanhamento do AP1M
383 e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Fez a leitura da recomendação da
384 *formalização do Termo de Parceria do MDS e a Associação Programa Um Milhão de*
385 *Cisternas – AP1MC para a construção de 71.160 cisternas familiares e 80 cisternas*
386 *escolares. A Recomendação foi aprovada por unanimidade.* A Conselheira Elza propôs que
387 o Programa P1MC seja objeto de discussão na Plenária do Consea, até o final deste ano. 5)
388 Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan – Carmem
389 Priscila Bocchi informou que em relação ao Orçamento, o item que ficou a cargo da CP1
390 foi o item 3 da EM 009, que trata da construção e fortalecimento do Sistema Nacional de
391 Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. No item 3.1, a Comissão decidiu manter as
392 mesmas reivindicações do ano passado, que seria o valor de 13 milhões de reais para 2009.
393 O item 3.2 foi retirado do Documento. No item 3.3 foi acrescentado o apoio às
394 Conferências Estaduais. 6) Comissão dos Presidentes Estaduais - Dulce Terezinha Oliveira
395 da Cunha informou que a MP 455 foi apresentada por Albaneide Peixinho, mostrando a
396 evolução do Programa Alimentação Escolar como combate à fome, e agora como



397 promoção ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Esclareceu que não houve perda
398 com a aprovação da MP em relação ao PL. Disse que a Sr^a. Ana Beatriz Vasconcelos,
399 Coordenadora da Política de Alimentação e Nutrição, apresentou a Chamada Nutricional da
400 Região Norte, enfatizando que a região Norte é a que apresenta índices mais baixos da
401 relação altura/idade, uma relação que mostra as sequelas da desnutrição. Houve a
402 recomendação de uma melhor articulação dos Conseas com o Sistema de Vigilância
403 Alimentar e Nutricional – SISVAN, através das Secretarias de Saúde e Universidades, para
404 melhor acompanhamento da situação nutricional da população. Foi ressaltado que a
405 avaliação nutricional pode ter o seu custo reduzido desde que articulada com as campanhas
406 de vacinação. Sobre os Encontros Regionais, a Conselheira informou que foram reforçadas
407 as orientações sobre a metodologia a ser utilizada nos mesmos e destacou a garantia de um
408 tempo maior para as discussões em grupos, permitindo assim o aprofundamento dos temas
409 propostos. A Conselheira fez uma rápida avaliação do Encontro do Centro-Oeste. Informou
410 que foi lida e discutida a Exposição de Motivos, na reunião da Comissão dos Presidentes, e
411 foram feitas as recomendações. Em relação ao documento de orçamento, a Conselheira
412 informou que a Comissão não recebeu o documento na pasta, por isso não houve discussão
413 sobre o mesmo. Sobre a implementação do SISAN nos Estados e o papel dos Conseas
414 Estaduais, houve um descontentamento muito grande porque somente 7 Conseas Estaduais
415 assinaram o convênio. Disse que existe a expectativa de uma manifestação do Consea
416 Nacional, na pessoa do Presidente Renato Maluf, ao Ministro Patrus Ananias informando
417 que esse processo dos convênios está levando transtornos à implantação do SISAN. O Sr.
418 Marcelo Botton Piccin, do MDS, informou que houve um processo desencadeado ano
419 passado, em uma parceria com o Consea, na perspectiva de fortalecimento dos processos
420 nas esferas estaduais, e que dos 27 Estados, 16 que viraram convênios, e ainda, que houve
421 um erro na avaliação de uma alternativa legal e jurídica, que fez com que convênios de 19
422 Estados fossem encerrados. Dos 16 convênios, 7 permaneceram. Marcelo Botton assumiu
423 que o MDS errou sobre os convênios, e que isso causou um transtorno aos Estados e tornou
424 a reunião dos Presidentes dos CONSEAs muito tensa, mas que será feito um aviso público
425 para esclarecer a situação toda. E nesse aviso será apresentado procedimentos para a
426 retomada dos convênios com os 20 Estados que não conseguiram concretizá-los. A
427 previsão é de três meses para a realização dos convênios e o dinheiro cair na conta dos
428 conveniados. Renato Maluf falou que a expectativa é que com esse novo esforço, todos os
429 Estados que queiram, possam se integrar-se nesse processo. Agradeceu à Conselheira
430 Albaneide Peixinho e à senhora Ana Beatriz Vasconcelos por terem se disposto a vir à
431 reunião dos Presidentes de Conseas e terem feito a apresentação que fizeram. Falou da
432 importância de iniciativas como essas para construir uma agenda da Comissão de
433 Presidentes Estaduais para integrá-la nas discussões das políticas e suas implementações.
434 Propôs convidar a Agência Nacional de Águas para fazer uma apresentação do Atlas das
435 Águas ao Consea. Marco Aurélio Loureiro informou que a Unicamp fez uma pesquisa com
436 os beneficiários do Programa Cesta de Alimentos e a principal questão reivindicada pelos



beneficiários é a regularidade. O MDS não consegue manter essa regularidade por falta de recursos. Argumentou ainda que a justificativa para a solicitação dos valores, feita pelo Consea, está muito burocrática e sugeriu ao Conselho solicitar 180 milhões. Carmem Priscila informou que foi enviado aos Ministérios solicitação para que apresentem ao Consea como que estão preparando o orçamento para 2010. Essas informações são necessárias e serão incorporadas à Exposição de Motivos. Renato Maluf informou que será feita uma reunião com a senhora Lana, do Ministério de Ciência e Tecnologia, Leonor Pacheco e o vice-presidente do CNPq, dia 29 de julho, às 14 horas, para começar uma discussão sobre como a Área de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo considerada nos órgãos de fomento de pesquisa. Sem mais nenhum assunto a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião pelo presidente do Consea, Renato Maluf.

Brasília, 17 de junho de 2009.

Renato Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário

LISTA DE PRESENÇA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA NACIONAL
17 de junho de 2009

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva
Antônio José da Costa
Antônio Ricardo Domingos da Costa
Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Elza Maria Franco Braga
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Naidison de Quintelle Baptista
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Renato Sérgio Jamil Maluf



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



470 Sandra Chaves
471 Sílvia do Amaral Rigon
472 Suzana Costa Coutinho
473 Ubiraci Dantas de Oliveira
474 Edno Honorato de Brito

475

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

477 Dulce Terezinha da Cunha
478 Edécio Vigna
479 Elisabeta Recine
480 Lucélia Silva Costa
481 Ronaldo Carneiro de Sousa
482 Sônia Cleide Ferreira da Silva
483 Ivair Augusto Alves Santos

484

REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL

486 Casa Civil – Presidência da República – Representante da Ministra Dilma Rousseff

487

REPRESENTANTES DOS MINISTROS

489 Ministério da Educação e Cultura - Albaneide Peixinho
490 Ministério da Fazenda - Aloísio Lopes Pereira de Melo
491 Ministério da Saúde – Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos
492 Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome – Crispim Moreira
493 Ministério da Ciência e Tecnologia – Joe Carlo Viana Valle
494 Ministério das Relações Exteriores – Milton Rondó Filho

495

OBSERVADORES

497 Assessoria Especial da RR – Selvino Heck
498 FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – José Tubino
499 Talher Nacional – Meiry Andréa Borges David
Action AID – Celso Marcatto
Heifer – Olga Matos

CONVIDADOS

500 Daniel Bradley
501 Mônica Cristina de Souza
502 Michele Lessa de Oliveira
503 Silvio Porto
504 Valéria Burity
505 Eudes Ferreira da Costa
506 Francisco Hidalgo
507 Marcelo Botton Piccin
508 (...) Cristina Dantas Rodrigues
509 Maria Madalena Izóton
510 Maria de Nazaré Correia da Silva